

**PROCESSO Nº:** 29.020/2014-B

**JURISDICIONADA:** Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

**ASSUNTO:** Tomada de Contas Especial - TCE

**EMENTA:** TCE. PMDF. Irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militar da PMDF. Citação. Defesa. Pela improcedência. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito. Inabilitação. Ministério Público converge. Voto convergente.

## RELATÓRIO

Tratam os autos de tomada de contas especial – TCE, instaurada para apurar irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da PMDF, neste caso, do militar **Lúcio Sebastião Rossi**.

Na Sessão Ordinária nº 4788, de 07/07/2015, mediante a Decisão nº 2821/2015 (fl. 22), esta colenda Corte de Contas, assim deliberou, *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo nº 480.000.795/2011; II – nos termos do art. 13, II, da Lei Complementar nº 1/1994, ordenar a citação do militar Lúcio Sebastião Rossi para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa, ou recolha, desde logo, o débito que lhe foi imputado nos autos, no valor de R\$ 71.551,60, apurado em 17/4/2015, em face das irregularidades apuradas com relação ao recebimento e à utilização da indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, o que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 20 do mesmo normativo, bem como a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60, todos da referida LC, dada a gravidade da irregularidade ocorrida; III – autorizar: a) a citação do militar por edital, caso não seja encontrado em seu endereço; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada.”*



O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 05/2016 – SECONT/3ªDICONT (fls. 52/61) procedeu à análise da defesa apresentada pelo militar citado, culminando nas sugestões de fl. 61. A seguir, transcreve-se:

#### **DA DEFESA**

##### **SR. LÚCIO SEBASTIÃO ROSSI (fls. 25/30-V)**

6. *Preliminarmente, pede a aplicação do art. 37, § 5º, da Constituição Federal e do art. 54 da Lei nº 9.784/99, por entender que no presente caso a ação do Estado em buscar o ressarcimento foi alcançada pela decadência, tendo em vista que o processo de tomada de contas especial foi iniciado em 28/09/2011, mais de treze anos depois que o militar foi transferido para a reserva da PMDF.*

7. *Diz que a questão não foi tratada de forma individualizada, tendo a autoridade processante colocado “... todos no mesmo saco de gatos...” e que isso acarretou cerceamento de defesa, além de insegurança jurídica, em razão da impugnação tardia, agravada pela duração dilatada e injustificada do processo, que gerou prejuízos ao defendente pela aplicação de penalidades e correções.*

8. *Insiste mais uma vez no instituto da decadência e na evidente dificuldade gerada para o defendente em ter que demonstrar atualmente o que não lhe era exigido pelas normas à época (fls. 25-V/26).*

#### **Análise**

9. *Conforme consignado nas Decisões nºs 5.374/1998 e 3.038/1999 (Processos nºs 7.094/1991 e 266/1990, respectivamente), há que se considerar que, quanto à questão dos prazos para apuração de dano ao erário, a Constituição Federal de 1988 é clara no tocante à imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, conforme art. 37, § 5º, transcrito a seguir:*

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

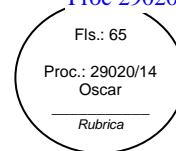
*(...)*

*§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. (grifei)*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU



10. *Assim, não há que se falar em prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e seus respectivos ressarcimentos.*

11. *Esta Corte não trata as tomadas de contas especiais de forma conjunta. Como se vê nestes autos, a questão está sendo analisada separadamente, de forma individualizada. Examinam-se apenas os aspectos relativos ao defendente.*

12. *Também não houve cerceamento de defesa, pois o militar dispõe de todos os meios admitidos nas normas para exercer o seu direito ao contraditório, e o que se exige nestes autos é a comprovação de que o beneficiário usou a indenização recebida da forma correta, ou seja, para custear sua mudança, o traslado do seu automóvel e as passagens para ele próprio e para sua família.*

13. *Portanto, a preliminar arguida não pode ser aceita.*

**Argumento**

14. *Relata que o defendente, Sr. Lúcio Sebastião Rossi, passou para a reserva remunerada em 22/12/1998 e foi desligado da PMDF em 01/01/1999, que requereu o benefício, seguindo orientações da Corporação, para retornar ao seu Estado de origem – Rio de Janeiro – passando a residir com seus pais, que ainda eram vivos, no apartamento situado na Rua Teodoro da Silva nº 294, ap. 206, Vila Isabel, aonde teriam ficado por cerca de um ano. Depois mudaram-se para Vila Velha, no Espírito Santo.*

15. *A partir do ano de 2000, em razão do nascimento do neto do beneficiário, este passou a dividir seu tempo entre as cidades de Vila Velha e de Brasília e, em 2003, voltou a residir no Distrito Federal, pois havia sido nomeado para exercer cargo em comissão no Ministério da Educação.*

16. *Afirma, ainda, que o filho do defendente, Sr. André Luiz de Freitas Rossi, permaneceu na Capital Federal, residindo no mesmo endereço da família, e foi nomeado seu procurador para todas as questões (fls. 26/26-V).*

**Análise**

17. *O militar, ao requerer o benefício, relacionou sua mãe como dependente e recebeu o valor relativo a passagem dela para a cidade do Rio de Janeiro (fls. 10/10-V\* e 17\*). No entanto, agora afirma que voltou àquela cidade para residir com seus pais, que ainda eram vivos, no imóvel que era de propriedade deles.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Fls.: 66

Proc.: 29020/14  
Oscar

Rubrica

*Ora, nessas condições, a Sra. Marla Consenza Rossi, mãe do Sr. Lúcio Sebastião Rossi, não poderia ter sido incluída naquele requerimento como sua dependente.*

18. *O militar passou para reserva como Coronel QOPM e decidiu residir com sua esposa e dois filhos adultos, a filha com 21 anos e o filho com 19 anos de idade (fl. 17\*), no mesmo apartamento com seus pais. Verificando o endereço do imóvel em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, encontramos um edifício de fachada simples, com apartamentos de dois quartos e 50m2 de área útil (fls. 49/50).*

19. *Com um imóvel desse tipo, ficaria difícil para o militar acomodar bem a sua família e, ainda, toda a sua mobília, que deveria ter sido transportada de Brasília para o Rio, conforme consta dos autos.*

20. *O militar demonstra ser bem organizado com os documentos de seu interesse, pois juntou cópias do IPTU do imóvel do seu pai do ano de 1994 e da convenção de condomínio do edifício redigida no ano de 1972. Com relação ao seu imóvel em Vila Velha, trouxe cópias de contas de telefonia, relativas à março de 1999 e à fevereiro de 2000, do IPTU dos anos de 1998, 1999 e 2000, e de contas de energia elétricas com vencimentos em abril de 1998 e fevereiro de 1999 (fls. 34/41). Todavia, alega ser impossível comprovar o pagamento pelo traslado de sua mudança e de seu automóvel para a cidade do Rio de Janeiro.*

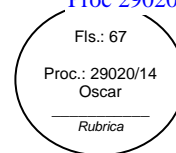
21. *As datas informadas também não se encaixam perfeitamente. O militar em nenhum momento informa a data de sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro ou a data em que tornou a se mudar para a cidade de Vila Velha, mas sabe-se que o benefício foi pago no mês de maio de 1999 (fl. 04). Assim, provavelmente, a primeira mudança, de Brasília para o Rio, poderia ter ocorrido depois desse mês.*

22. *Dessa forma, percebe-se outra contradição, quando diz que residiu no Rio cerca de um ano, mas em janeiro de 1999, conforme fl. 39, já estaria, supostamente, residindo em Vila Velha.*

23. *Portanto, as alegações e documentos apresentados não estão em perfeita sintonia, tornando a defesa improcedente.*

**Argumento**

24. *Assevera que é imperioso a individualização das condutas e que a questão tem sido tratada de forma generalizada, contaminando o juízo formulado.*



25. *Destaca que, embora a CTCE tenha registrado que as notificações não foram entregues devido ao fato de o militar não ter sido encontrado em casa, sempre houve uma empregada doméstica presente na residência, nos horários comerciais, e que a falta da comunicação prejudicou o direito de defesa do beneficiário.*

26. *Traz ainda a alegação de que a demora na conclusão do processo de TCE acarretou aplicação de correções no valor em discussão e de penalidades.*

### **Análise**

27. *Como já registrado nos §§ 9 e 10, a TCE está sendo analisada de forma individualizada e ainda não houve o julgamento de mérito. Da mesma forma, o fato de o militar ter sido chamado para apresentar seus argumentos demonstra que estão sendo observados os princípios da ampla defesa e do contraditório.*

28. *Até o momento o beneficiário não trouxe documentos que atestassem a aplicação regular da verba recebida, ou seja, solicitou indenização de transporte para custear sua mudança com a família para a cidade do Rio de Janeiro e não conseguiu comprovar tal fato.*

29. *Quanto ao valor do débito apurado, este será corrigido até a data de sua liquidação e os juros de mora são aplicados a partir da ocorrência do dano, com base na Lei Complementar nº 435/2001 e na Emenda Regimental nº 13/2003, em vista do ato praticado pelo militar ter sido considerado doloso. Logo, sem razão o defendente.*

### **Argumento**

30. *Argumenta que o art. 19 da Portaria da PMDF nº 133/97, que deu suporte à concessão do benefício em tela, previa que o beneficiário ficaria isento da comprovação de que tratava o art. 18, da mesma Portaria, no caso de retorno ao seu estado de origem.*

31. *Em seguida, realça que a CTCE entendeu que houve má-fé do beneficiário, pois não se encontra nos autos comprovantes de utilização de passagens aéreas pela família ou recibo de pagamento da transportadora responsável pelo traslado de sua mobília. E afirma o defendente que esses documentos não foram juntados aos autos por que não eram exigidos pela norma vigente no momento do requerimento do benefício.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 68

Proc.: 29020/14  
Oscar

Rubrica

32. *Questiona a necessidade de se apresentar novos documentos, decorridos dezesseis anos dos fatos, inclusive histórico escolar de filhos, quando a norma à época não os exigia (fls. 27-V/28\*).*

**Análise**

33. *Quanto à aplicação da norma em comento, devemos observar o que dizem expressamente os dispositivos mencionados, bem como o art. 15, todos da Portaria PMDF nº 133/97:*

*Art. 15 – A opção pela indenização equivale, para todos os fins, a quitação, formal e sem restrições, do correspondente direito de transporte por conta do Estado, e deverá, necessariamente, ser publicada em Boletim do Comando Geral da Corporação.*

*Parágrafo Único – O policial-militar **receberá inicialmente, 1/3 (um terço)** do valor do benefício a que tem direito, **devendo o restante, ser liberado após o mesmo encaminhar à DP, no prazo de 90 (noventa) dias, o exigido no Art. 18 desta Portaria.***

*[...]*

*Art. 18 – O policial-militar **para receber a totalidade do benefício referente ao transporte e transladação de bagagem**, por motivo de transferência para a inatividade, deverá comprovar a fixação de residência no novo domicílio declarado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, **a contar da data do recebimento da parcela inicial** mediante encaminhamento à Diretoria de Pessoal dos comprovantes de:*

*I – Abertura de conta corrente em agência do Banco do Brasil, ou Banco de Brasília/BRB, Caixa Econômica Federal ou Bancos Oficiais do Estado, estabelecida no município da residência, na qual a Corporação depositará o valor do benefício, ficando vedado tal depósito em outra agência, que não a do município declarado.*

*II – Transferência do veículo junto ao órgão de trânsito no município de destino, se houver.*

*III – Conta de água, luz ou telefone, em nome do titular do benefício.*

*IV – Escritura do imóvel próprio ou contrato de aluguel da residência de destino.*

*Parágrafo 1º - Decorrido o prazo estabelecido neste artigo, não tendo sido cumprida a exigência constante do inciso I, a remuneração mensal devida ao policial-militar deixará de ser remetida para a agência bancária anterior, ficando à disposição do interessado no órgão financeiro da Corporação.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 69

Proc.: 29020/14  
Oscar

Rubrica

*Art. 19 – O policial-militar, que ao passar para inatividade manifestar interesse em retornar ao seu Estado de origem ou de seu cônjuge, **receberá, integralmente e em uma única parcela, o valor do benefício a que tiver direito**, e ficará isento de comprovação das exigências contidas no artigo 18, devendo para tanto declarar, no próprio requerimento, a sua intenção com base no art. 2º do Decreto Federal nº 83936/79 c/c o Decreto/DF nº 5234/80. (grifei)*

34. *O art. 18 trata do militar que se enquadra na situação descrita no parágrafo único do art. 15, aquele que recebe 1/3 da verba assim que seu requerimento é aceito e precisa comprovar, em até 90 (noventa) dias, a fixação de residência na cidade escolhida para receber os 2/3 restantes.*

35. *No caso do militar que retorna ao seu Estado de origem, a norma deixa de exigir a documentação do art. 18, pois o mesmo já recebe a verba de forma integral, no primeiro momento.*

36. *Contudo, todo aquele que recebe recursos públicos deve comprovar sua regular aplicação. Assim estabelece o parágrafo único do art. 77 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Cito:*

*Art. 77. [...]*

*Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária*

37. *Logo, os militares que solicitaram a indenização de transporte para custear sua mudança para determinada localidade, conforme declarado em documento oficial, podem ser interpelados para comprovar que as despesas foram realizadas e pagas de acordo com o que foi estabelecido, sob pena de terem de devolver os valores recebidos.*

38. *Inclusive, o art. 17 dessa mesma Portaria trata de situação em que o militar não segue para o destino declarado, independentemente de ser o seu Estado de origem ou não. Vejamos:*

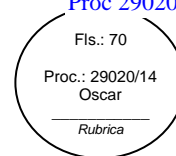
*Art. 17 – **O policial-militar restituirá, integralmente, as passagens ou a indenização de transporte e transladação de bagagem que houver recebido**, nas formas e casos que se seguem:*

*I – Em quitação única, **quando deixar de seguir destino, a seu pedido e por interesse próprio**; (grifei)*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU



39. *A legislação não cobrava especificamente os comprovantes de passagem, os recibos da transportadora ou o histórico escolar dos filhos, mas esses documentos seriam um meio de prova de que o defendente residiu efetivamente naquela localidade por determinado período.*

40. *Por conseguinte, os argumentos podem ser considerados improcedentes.*

**Argumento**

41. *Discorre sobre o entendimento da CTCE sobre os documentos juntados aos autos, sobre o fato de o militar não ter tido oportunidade de apresentar justificativas na fase interna deste procedimento e insiste que, apesar da CTCE ter registrado que não havia endereço atualizado, o defendente havia sido informado que o seu cadastramento tinha sido efetuado em 01/10/2004.*

42. *Compreende, o defendente, que a fase interna é indiciária e contribui para a formação de juízo de valor sobre a impugnação e que deveriam ser descartados quaisquer achados calcados em ilações. E, mais uma vez, registra que o militar não apresentou qualquer documento para comprovar sua mudança de domicílio, pois ao retornar ao seu Estado de origem estava isento de tal comprovação, por força do art. 19 da Portaria PMDF nº 133/97.*

43. *Acredita ainda que o entendimento da CTCE sobre a fragilidade da norma, que não exigia a comprovação do necessário, não deve prosperar, pois, com base em princípio elementar de direito, o entendimento atual não pode atingir fatos pretéritos, executados com base em outros paradigmas (fls. 28/29-V\*).*

**Análise**

44. *A Comissão Tomadora trabalhou com os documentos que tinha a sua disposição e embora conste que o endereço do defendente estava atualizado, e continua sendo o mesmo endereço de sempre, ou seja, o militar não mudou o seu endereço residencial, mesmo depois de ter sido transferido para a reserva remunerada da PMDF, a verdade é que a CTCE cumpriu sua obrigação legal buscando notificar o beneficiário. Conforme documento de fl. 153\*, foram três visitas à residência do defendente sem que fosse possível a entrega do telegrama de notificação.*

45. *As informações apuradas na fase interna servirão de base para a formação de juízo, mas é nesta instância que se fará o julgamento das contas, após*





*esgotadas todas as possibilidades de defesa do responsável. Portanto, nesta Corte, busca-se a verdade material, apoiada em fatos e documentos e não em meras ilações.*

46. *Com relação à necessidade de apresentação de novos documentos e sobre a isenção de que trata o art. 19 da Portaria PMDF nº 133/97, o assunto foi devidamente tratado nos §§ 33/40. Com os acréscimos de que o paradigma “todo aquele que recebe recursos públicos deve prestar contas” nunca mudou e de que a fragilidade de uma norma interna da PMDF não pode dar suporte à desobediência da Lei Maior.*

### **Argumento**

47. *Referindo-se à Informação nº 115/2015 – SECONT/3ªDICONTE, fls. 08/13, relata que o § 16 mostra dado essencial para esta análise, ao registrar que o art. 19 da Portaria PMDF nº 133/97 isenta o defendente da apresentação dos documentos listados no art. 18 da mesma norma.*

48. *Em seguida, diz que o § 17 dessa Informação traz uma contradição, ao reconhecer a desnecessidade dos documentos no momento do requerimento da indenização e exigir a comprovação da mudança e da fixação de residência, para que o recebimento da verba pudesse ser considerado regular.*

49. *Assevera que o montante do prejuízo é decorrente da inércia da Administração e da incapacidade de se estabelecer um processo com duração razoável, proporcionando insegurança jurídica em relação aos atos administrativos praticados.*

50. *Afirma que houve aqodamento da análise e pré-julgamento ao se sugerir à Corte a aplicação do art. 60 da LC nº 01/94, sem que o defendente tivesse a oportunidade de exercer seu direito ao contraditório (fls. 29-V/30).*

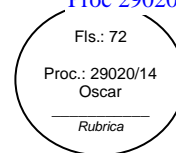
### **Análise**

51. *Os arts. 18 e 19 da Portaria PMDF nº 133/97 e a necessidade de se comprovar a boa e regular aplicação de recursos públicos recebidos foram devidamente tratados nos §§ 33/39 desta Informação. Por conseguinte, não há nenhuma contradição na Informação nº 115/2015 – SECONT/3ªDICONTE.*

52. *O débito apurado foi corrigido a partir do mês de recebimento da indenização pelo defendente, com aplicação de juros de mora, com base na Lei*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU



*Complementar nº 435/2001 e na Emenda Regimental nº 13/2003, em vista do ato praticado pelo militar ter sido considerado doloso, em razão de ter sido solicitada a verba para custear o transporte de mobília e automóvel e a aquisição de passagens aéreas, inclusive para a mãe do defendente, para a cidade do Rio de Janeiro, onde fixaria residência, sem a comprovação de que os recursos foram utilizados para o fim a que se destinavam.*

53. *A Informação nº 115/2015 – SECONT/3ªDICONTE não fez qualquer pré-julgamento do caso em tela, apenas sugeriu ao Tribunal, como de praxe, as penalidades possíveis de serem aplicadas e para as quais o responsabilizado deveria apresentar os seus argumentos de defesa.*

54. *Só após a análise da argumentação e da documentação trazida aos autos pelo defendente, a Corte julgará as contas sob exame, conforme consta do item II da Decisão nº 2.821/15 (fl. 22).*

**Argumento**

55. *Concluindo sua defesa, o defendente pede: a) a decretação da regularidade de suas contas e a extinção deste Processo; b) a aplicação do instituto da decadência; c) a impugnação do valor que lhe está sendo atribuído, devido, no seu entendimento, não ter havido irregularidade, ser decorrente da duração excessiva e injustificável da TCE e da ineficiência administrativa; e d) a impugnação de qualquer penalidade resultante da análise realizada nestes autos.*

56. *Por fim, solicita sustentação oral, na ocasião do julgamento de suas contas.*

**Análise**

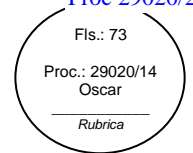
57. *Quanto às alegações e argumentações apresentadas na defesa, a análise desenvolvida nesta Informação provou que estão desprovidas de documentos comprobatórios e não merecem guarida, portanto podem ser consideradas improcedentes.*

58. *Nesse sentido, com exceção da solicitação de sustentação oral, que deve ser concedida, os outros pedidos efetuados pelo defendente, enumerados no § 55, não devem ser acatados pela Corte.*

**CONCLUSÃO**



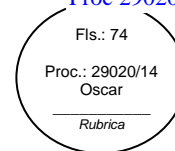
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU



59. *A defesa apresentada pelo **militar Lúcio Sebastião Rossi**, não trouxe argumentos capazes de reverter o entendimento quanto a sua responsabilidade nos autos, devendo o Tribunal considerá-la improcedente, conforme análise apresentada nesta Informação.*

O Ministério Público, por meio do Parecer nº 315/2016-CF (fls. 62/62-v), aquiesce com a instrução, razão pela qual opina em favor do acolhimento das sugestões ofertadas pela unidade técnica à fl. 61.

É o relatório.



## VOTO

A presente Tomada de Contas Especial – TCE trata do pagamento de indenização de transporte concedida ao militar **Lúcio Sebastião Rossi**, em razão de sua passagem à inatividade.

Examina-se, nesta fase processual, o mérito das alegações de defesa apresentadas pelo citado militar.

Quanto ao mérito das razões de defesa apresentadas pelo beneficiário, observo, em síntese, não haver divergência entre o posicionamento do Corpo Técnico e do Ministério Público, uma vez que ambas as unidades entendem que o Tribunal deve considerar improcedentes as alegações prestadas.

Pelo exposto, VOTO no sentido de que o e. Plenário:

- I. tome conhecimento da defesa de fls. 25/30-V e anexos de fls. 31/48, para, no mérito, considera-la improcedente;
- II. na forma dos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, e 20 da LC Nº 1/94, julgue irregulares as contas do militar nominado no § 59 da Informação nº 05/2016 – SECONT/3ªDICONTE, notificando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o valor do débito que lhe foi imputado, no valor de R\$ 81.856,51, apurado em 20.01.2016, autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da mesma Lei Complementar, caso não haja manifestação do interessado, e delibere quanto à sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU



conforme o art. 60 dessa mesma norma, tendo em vista a gravidade das irregularidades ocorridas;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2016.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 76

Proc.: 29020/14  
Oscar

Rubrica

## ACÓRDÃO Nº .\_\_\_\_\_/2016

**Ementa:** Tomada de contas especial instaurada para apurar a existência de irregularidades na concessão e no pagamento de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militar da PMDF, em atendimento ao item III da Decisão nº 1967/1999. Citação. Defesa considerada improcedente. Contas julgadas IRREGULARES. Imputação de débito e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal.

**Processo TCDF nº:** 29.020/2014

**Apensos nº:** 480.000.795/2011

**Nome/Função:** Coronel da Reserva Remunerada da PMDF. **Lúcio Sebastião Rossi** (militar beneficiário da indenização de transporte).

**Órgão/Entidade:** Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

**Relator:** Conselheiro Paulo Tadeu

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MPjTCDF:** Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

**Impropriedades apuradas:** percepção de vantagem pecuniária indevida relativa à indenização de transporte para custeio de despesas de transferência domiciliar, quando foi pra inatividade, configurando má-fé do beneficiário e prática de ato doloso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, tendo em conta as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, em:

**I** – com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, e 20 da Lei Complementar nº 01, de 9 de maio de 1994, **julgar irregulares** as contas em apreço, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, e 26 do mesmo diploma legal;

**II** – condenar o responsável indicado a **recolher** aos cofres do Distrito Federal, **o valor de R\$ 81.856,51** (oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos), apurado em 20.01.2016 e **atualizado monetariamente** até a data do efetivo ressarcimento (**com incidência de juros de mora**), em razão das irregularidades identificadas nestes autos e nos Processos nº 480.000.795/2011);

**III** – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante este Tribunal, o **recolhimento** da referida quantia ao Tesouro do Distrito Federal, nos termos do art. 186 do Regimento Interno do TCDF, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01;

**IV** – **inabilitar o Coronel da Reserva. Lúcio Sebastião Rossi**, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da LC nº 01/94;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 77

Proc.: 29020/14  
Oscar\_\_\_\_\_  
Rubrica

**V – autorizar**, desde logo, a **cobrança** do débito, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 01/94, caso a medida prevista no item III não surta o efeito esperado.

**ATA da Sessão Ordinária nº** \_\_\_\_\_ **de** \_\_\_\_\_.

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_.

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_.

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Presidente\_\_\_\_\_  
Relator

**Fui presente:**

\_\_\_\_\_  
Representante do MP